

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)”, criado a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Campinas (SP) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), que foi devidamente submetido e aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do qual se pretende promover a efetividade, através da produção de conhecimento científico como fonte de colaboração, do Programa Égide (Estratégia Integrada Contra Incidentes em Escolas), idealizado pela Prefeitura Municipal de Campinas (SP) em abril de 2023.

Nesse caso, o Programa Égide (Estratégia Integrada Contra Incidentes em Escolas) se apresenta como uma política pública de longo prazo, voltada para a prevenção ou a inibição da violência nas escolas do Município de Campinas (SP), considerando, para tal, o complexo atual cenário em que as escolas públicas se encontram, no qual há uma proliferação de ações violentas, sobretudo ataques com resultado morte.

Como uma resposta ampla e coordenada para esse grave problema jurídico e social, envolvendo aspectos preventivos e de pronta-resposta para casos de incidentes críticos potenciais ou reais em ambiente escolar, o Programa Égide (Estratégia Integrada Contra Incidentes em Escolas) decorre da compreensão de que, embora a violência tenha sempre estado presente na história, a sociedade não deve aceitá-la como um aspecto inevitável da condição humana, especialmente no âmbito escolar, que exerce um papel de socialização fundamental na formação das crianças e dos adolescentes.

Em termos de metodologia e procedimentos utilizados para o desenvolvimento deste artigo, partiu-se da leitura e análise do próprio “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)”, elaborado pela Prefeitura Municipal de Campinas (SP) juntamente com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), com objetivo de ser apresentado, na ocasião, para fins de participação no Programa de pesquisa em políticas públicas à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Este foi um dos projetos contemplados por esta chamada.¹ Trata-se, portanto, de uma análise normativa e dogmática, por meio de pesquisas documental e bibliográfica. O objetivo é aqui apresentar as propostas desta Política pública, assim como as perspectivas da pesquisa financiada pela FAPESP a esse respeito.

¹ Para conferir o resultado, ver <https://fapesp.br/16498/programa-de-pesquisa-em-politicas-publicas-tem-propostas-selecionadas>

Em seu desenvolvimento, o presente artigo está estruturado em seis seções. Na primeira seção, serão apresentados os objetivos do presente artigo. Na segunda seção, a metodologia utilizada para a elaboração deste artigo será identificada, incluindo os procedimentos adotados.

Na terceira seção, serão brevemente apresentados os conceitos de “violência” e “políticas públicas”, constatando, logo após, que, por estar presente em muitas instituições, a violência, em suas diversas formas, também se encontra nas escolas. Contudo, como a escola exerce um papel de socialização fundamental na formação das crianças e dos adolescentes, afirma-se que se faz necessário o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a prevenção ou a inibição da violência em tal espaço.

Na quarta seção, é apresentado o Programa Égide (Estratégia Integrada Contra Incidentes em Escolas), idealizado pela Prefeitura Municipal de Campinas (SP) em abril de 2023, como uma política pública de longo prazo que servirá para contribuir com o enfrentamento em caráter preventivo e remediativo da violência nas escolas públicas do Município de Campinas (SP).

Na quinta seção, é apresentado o “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)”, elaborado a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Campinas (SP) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), que foi devidamente submetido e aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o objetivo de promover a efetividade do Programa Égide como política pública, utilizando o conhecimento científico como fonte de colaboração.

Na sexta seção, conclui-se que a política pública idealizada no âmbito do Programa Égide se mostra acertada: afinal, o que se propõe é que os sujeitos e atores pertencentes ao público-alvo (educadores, funcionários e alunos das escolas públicas do Município de Campinas/SP) se transformem em agentes multiplicadores não somente dos objetivos estratégicos do próprio Programa, mas também (e sobretudo) dos ideais de convivência pacífica e de respeito mútuo que permeiam e inspiram o Égide.

1 OBJETIVO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)”, criado a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Campinas (SP) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), que foi devidamente submetido e aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do qual se pretende promover a efetividade, através

da produção de conhecimento científico como fonte de colaboração, do Programa Égide (Estratégia Integrada Contra Incidentes em Escolas), idealizado pela Prefeitura Municipal de Campinas (SP) em abril de 2023.

Esclarece-se que o Programa Égide (Estratégia Integrada Contra Incidentes em Escolas) se apresenta como uma política pública de longo prazo, voltada para a prevenção ou a inibição da violência nas escolas do Município de Campinas (SP), considerando, para tal, o complexo atual cenário em que as escolas públicas se encontram, no qual há uma proliferação de ações violentas, sobretudo ataques com resultado morte.

Como uma resposta ampla e coordenada para esse grave problema jurídico e social, envolvendo aspectos preventivos e de pronta-resposta para casos de incidentes críticos potenciais ou reais em ambiente escolar, o Programa Égide (Estratégia Integrada Contra Incidentes em Escolas) decorre da compreensão de que, embora a violência tenha sempre estado presente na história, a sociedade não deve aceitá-la como um aspecto inevitável da condição humana, especialmente no âmbito escolar, que exerce um papel de socialização fundamental na formação das crianças e dos adolescentes.

O objetivo é aqui apresentar as propostas dessa Política pública, assim como as perspectivas da pesquisa financiada pela FAPESP a esse respeito.

2 METODOLOGIA

Em termos de metodologia e procedimentos utilizados para o desenvolvimento deste artigo, partiu-se da leitura e análise do próprio “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)”, elaborado pela Prefeitura Municipal de Campinas (SP) juntamente com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), com objetivo de ser apresentado, na ocasião, para fins de participação no Programa de pesquisa em políticas públicas à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Este foi um dos projetos contemplados por esta chamada.² Trata-se, portanto, de uma análise normativa e dogmática, por meio de pesquisas documental e bibliográfica.

3 SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

O termo “violência”, de natureza polissêmica, é utilizado em muitos contextos sociais, visto que não se trata de objeto próprio de nenhum setor específico. Historicamente, a violência atinge todas as esferas da sociedade, sendo um fenômeno multideterminado e, como tal,

² Para conferir o resultado, ver <https://fapesp.br/16498/programa-de-pesquisa-em-politicas-publicas-tem-propostas-selecionadas>

complexo. A origem do termo vem do Latim *violentia*, que expressa o ato de violar outrem ou de se violar. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), a violência se define como o “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”.

Por sua vez, utilizando-se referenciais teóricos da Criminologia e da Educação, que se diz respeito mais especificamente ao tema disposto neste artigo, temos que, para Castro (2005, p. 246), “violência é a modificação ao que existe. É uma forma de criar desordem na ordem natural das coisas. Exerce-se violência cada vez que se faz alguma coisa e cada vez que não se faz algo que deveria ser feito”. Já Lucinda, Nascimento e Candau (2001, p. 20) asseveram que “a marca constitutiva da violência seria a tendência à destruição do outro, podendo a ação situar-se no plano físico, psicológico ou ético”.

A partir dessas observações, pode-se entender a violência como tudo aquilo que age contra a natureza de algum ser; é todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém; configura-se no ato de violação de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade; enfim, considera-se violento todo ato de transgressão contra coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito. Presente em muitas instituições, a violência também se encontra nas escolas.

Ocorre que a escola exerce um papel de socialização fundamental na formação das crianças e dos adolescentes, sendo imperioso garantir que este espaço seja tomado pelos que o frequentam como um local saudável de convivência, aprendizados e debates de ideias. Conter a violência em ambiente escolar significa, portanto, fazer com que esse ambiente volte a ser caracterizado por aquilo que é a sua finalidade fundamental: acolher as diferenças e preparar alunos para a vida em sociedade, com base em um ambiente de respeito e aprendizado mútuo, integrado por educadores, estudantes e funcionários. Nesse sentido é que se defende que “a violência na escola choca, ainda que pequena, é extremamente grave, porque ali é um lugar onde ela não deveria existir” (Kahn, 2002, p. 82).

Em termos analíticos, quando se trata da violência que ocorre no ambiente escolar, é possível identificar, essencialmente, três tipos distintos de manifestações: a violência contra a escola, a violência da escola e a violência na escola. A violência contra a escola inclui a prática de condutas que afetam a qualidade do serviço prestado pela escola, tais como a depredação de suas instalações, a falta de reflexão sobre a estratégia de ensino, a falta de qualificação e os baixos salários pagos aos professores, entre outras condutas. Por sua vez, a chamada violência da escola consiste no “reflexo das violências existentes na sociedade onde ela se insere.

Incluem-se aqui conflitos entre as gerações, diferenciações de raça, de status, de religião, a exclusão social e do mercado de trabalho” (Ifanger, 2014, p. 41). Por fim, a violência na escola contempla, por exemplo, bullying, agressões verbais e físicas, furtos e ameaças praticadas neste ambiente.

Vê-se, então, que a literatura especializada tem afirmado que a escola também gera a sua própria violência, em razão das peculiaridades de sua estrutura e seu funcionamento. Defende-se, nesse sentido, que:

[...] a escola não é nem um duplo da sociedade, nem um meio totalmente autônomo: é uma instituição social, e, enquanto tal, depende da sociedade; mas é também uma instituição especializada, que se dá finalidades culturais, e que, enquanto tal, reinterpreta sua função social em termos culturais que lhe permitem reivindicar uma autonomia com relação à sociedade (Charlot, 1983, p. 152-153).

Por isso é fundamental reconhecer que a escola, como qualquer outro ambiente social, é um espaço onde conflitos podem surgir e assumir a forma de atos de violência simbólica ou real. De fato, transgressões, ou seja, a violação das regras do estabelecimento, e incivildades referentes ao desrespeito às pessoas são comuns em ambiente escolar e não devem ser objetos de intervenção punitiva estatal, que deve ser restrita às situações de violência graves e que atinjam bens e interesses de fundamental importância (vida e integridade física, entre outros).

Nesse sentido, por mais que o termo violência atualmente ganhe uma conotação ampla e se insira no contexto escolar, consideramos que ele deve ser visto sob a lente mais restrita, até para que se possa vislumbrar a aplicação de políticas públicas aptas ao seu combate. A violação das regras de conduta e incivildades merecem o estabelecimento de políticas de prevenção primária (aquelas realizadas pela comunidade escolar, família e sociedade em geral), deixando que atos de violência (física, psicológica, sexual, patrimonial) e até massacres sejam objeto da intervenção da segurança pública (prevenção secundária).

Ademais, reconhecendo que os conflitos são inerentes ao próprio convívio humano, pensamos que a principal estratégia de atuação deve se pautar pela prevenção e pela garantia da criação de um ambiente de convivência saudável, que respeite os direitos humanos de alunos, professores e funcionários. Isso porque, sob a perspectiva da Criminologia, a escola é encarada como um agente fundamental no exercício do controle social informal, porquanto todo grupo social precisa de mecanismos disciplinares que assegurem a convivência social, sem necessitar de pronta intervenção estatal. O estabelecimento estudantil deve zelar pelas normas sociais, aplicando sanções caso seja imperioso (Shecaira, 2004, p. 55-56). Em outros termos, a escola é

a primeira instituição burocrática de contato social de crianças e adolescentes, o que faz dela um ambiente de socialização:

[...] a escola é a primeira instituição à que se incorporam as crianças, descontando a família, a que ocupa o período que medeia entre a exclusividade desta e o trabalho e, de qualquer forma, a escolarização representa seu primeiro contato com uma instituição formal e/ou burocrática, com uma organização. Por conseguinte, é nela onde crianças e jovens fazem a primeira experiência do trato regular com estranhos, do trato com outras pessoas fora dos laços de parentesco ou da comunidade imediata (Enguita, 1989, p. 158).

Vislumbra-se, portanto, o importante papel da escola no controle social informal, mormente porque, em um contexto de convivência social alargado, ante um número crescente de alunos derivados pela democratização do ensino, de diversas culturas, etnias, sexos e necessidades especiais, deve-se mediar eventuais conflitos e a dificuldade da convivência com o diferente neste espaço. Ademais, é importante considerar o maior tempo de contato entre alunos, que é crescente, em virtude da atuação profissional de pais e familiares; fator que torna mais latente a potencialidade de conflitos de opiniões e físicos. A terceirização, por parte de alguns pais, da educação à escola é mais um fator que contribui para possíveis conflitos.

Sem jamais desconsiderar outras instituições da sociedade civil de controle social informal (família e comunidade, por exemplo), vê-se que a entidade escolar é fundamental no combate à violência nas escolas. Porém, um trabalho em rede, que exige a articulação entre instituições (a exemplo da secretaria de segurança pública), tem potencial para contribuir com a inibição da violência nas escolas quando esta atingir níveis da magnitude importantes. Inclusive, Tachizawa (2010, p. 177) destaca o potencial da rede ser “capaz de organizar pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum”.

A integração das diversas políticas públicas voltadas para a inibição da violência nas escolas afigura-se como um caminho potencialmente exitoso, que incide não apenas na melhoria da qualidade da educação, mas também da própria vida. E cabe aqui esclarecer que as políticas públicas devem ser compreendidas como medidas que servem ao propósito de materializar os objetivos do Estado, insculpidos em sua legislação interna ou nos tratados e convenções do qual é signatário, cujo custo está autorizado por lei orçamentária (Ifanger, 2019, p. 3-16).

À vista disso, é forçoso considerar que a legislação de proteção da infância e da juventude estabeleceu os princípios da absoluta prioridade e da proteção integral como normas principiológicas de amparo à criança e ao adolescente, pessoas em desenvolvimento (físico, mental, moral, espiritual e social) e dignas de direitos inerentes à pessoa humana, devendo a

família, a comunidade escolar, a sociedade em geral e o poder público assegurarem os seus direitos, de forma a garantir, preferencialmente, a formulação e a execução de políticas sociais públicas (artigo 4º, parágrafo único, alínea “c”, da Lei nº 8069/90).

Diante disso, embora a violência tenha sempre estado presente na história, a sociedade não deve aceitá-la como um aspecto inevitável da condição humana, especialmente no âmbito escolar, que exerce um papel de socialização fundamental na formação das crianças e dos adolescentes. Logo, se faz necessário o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a prevenção ou a inibição da violência nas escolas, como o Programa Égide (Estratégia Integrada Contra Incidentes em Escolas), idealizado pela Prefeitura Municipal de Campinas (SP) em abril de 2023, que será abordado a seguir.

4 SOBRE O PROGRAMA ÉGIDE (ESTRATÉGIA INTEGRADA CONTRA INCIDENTES EM ESCOLAS)

Diante do complexo atual cenário em que as escolas públicas se encontram, tanto no território brasileiro quanto no mundo, no qual há uma proliferação de ações violentas, sobretudo ataques com resultado morte, o Programa Égide (Estratégia Integrada Contra Incidentes em Escolas), idealizado pela Prefeitura Municipal de Campinas (SP) em abril de 2023, surge como uma resposta ampla e coordenada para esse grave problema jurídico e social, envolvendo aspectos preventivos e de pronta-resposta para casos de incidentes críticos potenciais ou reais em ambiente escolar.

O Programa Égide configura-se como uma política pública de longo prazo idealizada no âmbito da Prefeitura Municipal de Campinas (SP), com a colaboração das Secretarias de Segurança Pública e de Educação, bem como em conjunto com todos os diretores escolares do Município de Campinas (SP), além de supervisores educacionais da rede municipal de ensino, que decorre de um contexto de urgência e efervescência. O contexto em que se insere este Programa é amedrontador.

Ao redor do mundo, somente no ano de 2023, foram registrados 333 ataques violentos a escolas. Apesar de a grande maioria se concentrar nos Estados Unidos da América (288 casos), observa-se uma difusão de ataques em escala mundial: foram contabilizados 8 casos no México, 6 casos na África do Sul, 5 casos na Índia e 4 casos na Nigéria, entre outros países afetados. E, de acordo com dados reunidos pelo Instituto Sou da Paz, desde 2002 ocorreram no Brasil 25 atentados em escolas, somando 46 mortes e 137 feridos. Revólveres e pistolas foram usados em 11 dos episódios e causaram três vezes mais mortes do que armas brancas, como facas, que apareceram em dez ocorrências. As armas de fogo foram responsáveis pela morte de

34 pessoas (76%), enquanto as armas brancas mataram 11 pessoas (24%) em ataques a escolas. A arma mais empregada foi o revólver calibre .38, que apareceu em 53% dos ataques. Outras armas de fogo utilizadas foram a pistola .40 (20%), o revólver .32 (13%), a garrucha .38 (7%), enfim, a garrucha .22 (7%). Em 2023, a média de ataques a escolas foi de um por mês.

A letalidade dos ataques ocorridos e a comoção social, que fez com que muitos pais e familiares não enviassem seus filhos e/ou dependentes para o ambiente escolar no dia 20 de abril de 2023, fez com que o Governo Federal lançasse uma ofensiva (denominada "Plano Escola Segura") contra suspeitos do planejamento de crimes ou atos infracionais em ambiente escolar. Foram, então, realizadas 368 buscas e apreensões, e lavrados 3.396 boletins de ocorrência. Como resultado, foram abertas 2.830 investigações policiais, que se encontram em andamento. Em paralelo, na frente de combate à disseminação de *fake news* e de discursos de ódio, a pasta federal fez 901 solicitações de preservação e remoção de conteúdos em redes sociais e 384 solicitações de dados cadastrais em plataformas de compartilhamento de conteúdo (Facebook, Instagram, Twitter, entre outros).

No âmbito legislativo, a Comissão de Segurança Pública do Senado destinou sessões específicas e realizou audiências públicas com a presença de especialistas e agentes públicos, nas quais foi debatido o papel das forças de segurança e foi salientada a necessidade de se criar um ambiente de colaboração entre a comunidade escolar e as autoridades públicas, para que, assim, se realize um programa mais efetivo de prevenção e defesa da integridade física e da vida; que se trata justamente do objetivo primordial do Programa Égide.

Tendo em vista, então, não apenas a complexidade dos eixos temáticos que compõem essa política pública (entre eles, a função de docentes e da comunidade na prevenção de eventos violentos, a vigilância e a privacidade daqueles que estão em ambiente escolar e o papel do Poder Público frente a ataques reais contra a integridade física de alunos, professores e funcionários), mas também a contemporaneidade dos fatos que geraram a sua criação, o Programa Égide se apresenta como um projeto de longo prazo, que congrega ações e conhecimentos de agentes públicos, da população e da academia, com o objetivo de instituir, nas unidades de ensino municipais, um atendimento integrado e cooperativo entre a comunidade escolar, as forças de segurança e equipamentos municipais para a proteção das pessoas nas escolas.

De tal forma, com a criação do Programa Égide, o Município de Campinas (SP) pretende aprofundar a política de segurança em ambientes escolares, o que se faz com base em diretrizes estritamente relacionadas com a prevenção primária de eventos críticos e a intervenção, sempre secundária e excepcional, das forças de segurança. Sob o aspecto da

prevenção primária, o Programa Égide envolve ações de mapeamento das condições estruturais de segurança e inviolabilidade do local; mapeamento e análise das rotinas de acesso ao ambiente escolar; mapeamento de ações preventivas e de combate à violência na escola desencadeadas pelos gestores escolares; identificação e mapeamento de aspectos, condições ou cenários de vulnerabilidade; realização de campanhas educacionais para conscientização e sensibilização da comunidade escolar nas temáticas referentes à prática de bullying, violência física ou psicológica, intolerâncias, radicalismos, dentre outros; e organização de um comitê de segurança composto pela comunidade escolar.

Sob o ponto de vista do aporte tecnológico e do monitoramento de atividades suspeitas, o Programa Égide envolve a implantação de sistema de monitoramento escolar, com a utilização de câmeras inteligentes; a criação de uma Central de Monitoramento junto à Secretaria de Segurança Pública, com o acompanhamento em tempo real de situações suspeitas; a identificação, por meio da criação de padrões normais de comportamento, de perfis de divergência do comportamento geral dos integrantes da comunidade escolar; e a elaboração de projeto de formação continuada para funcionários, professores e gestores escolares com foco em ações de prevenção e combate à violência na escola.

No aspecto interinstitucional, o Programa Égide se apresenta como uma ação conjunta de diversos órgãos e secretarias municipais, tendo em vista: direcionar as ações defensivas de autopreservação da vida com base em instrumentos e procedimentos de comunicação rápida, com a criação de um Centro Integrado de Comando e Controle; realizar a mobilização de múltiplos agentes públicos em situações de crise, entre eles, de Segurança, Corpo de Bombeiros, médicos e socorristas, além de agentes de trânsito, para que o entorno do local seja prontamente isolado; realizar a mobilização do comitê de segurança criado no decorrer do desenvolvimento do projeto para apoio à comunidade escolar; e realizar ações de controle da disseminação do pânico, não apenas em situações de violência real, mas também em ambientes virtuais.

Por fim, sob o ponto de vista educacional, o Programa Égide propõe-se a criar um ambiente de colaboração e ação conjuntas para a difusão de noções de tolerância e paz em ambiente escolar, propondo, ainda, como medidas concretas: potencializar as condições de identificação de situações de ameaça e seu potencial ofensivo; elaborar proposta pedagógica com vistas à humanização e à disseminação de valores humanos em escolas públicas; elaborar planos para situações crítica, destinados a realizar o confinamento da maior quantidade de alunos, educadores e funcionários em ambientes seguros para aguardar suporte; e, na medida

do possível, instruir os agentes escolares para a realização de ações de mobilização defensiva imediata, mesmo antes da chegada da intervenção policial.

Assim, os resultados esperados do Programa Égide se desdobram em aspectos operacionais, econômico-financeiros e de melhoria de qualidade da educação básica, da qualidade de vida e da proteção de direitos humanos dos grupos focais.

Sob o aspecto operacional, o Programa Égide visa aperfeiçoar a eficiência dos atores públicos na resposta a eventos críticos, verificados em escolas públicas do Município de Campinas (SP). Sob o aspecto econômico-financeiro, será avaliado o grau de economia financeira decorrente da implantação do Programa Égide, de modo que o resultado esperado é um ganho financeiro decorrente, sobretudo, da eficiência do patrulhamento policial, que passará a ser focado e direcionado para casos de perigo real ou iminente em escolas públicas do Município de Campinas (SP). Sob a qualidade da educação básica, intenta-se que a implantação do Programa Égide contribua para o desenvolvimento de um ambiente escolar propício para que as aprendizagens se efetivem em um clima caracterizado pela humanização e participação ativa da comunidade escolar. Finalmente, sob o ponto de vista da qualidade de vida e da proteção dos direitos dos grupos focais, o Programa Égide visa melhorar a sensação de segurança daqueles que utilizam serviços públicos de educação e ensino no âmbito do Município de Campinas (SP), considerando, para tal, não apenas as situações de fragilidade e vulnerabilidade física e, muitas vezes, psicológica, dos frequentadores destes espaços (jovens, adolescentes, crianças e bebês), mas também a carga simbólica destes locais (a escola é um lugar de cuidado e aprendizado, não de violência).

Todos esses eixos de ação serão concatenados e planejados pelos órgãos administrativos do Município de Campinas (SP), sobretudo as Secretarias de Segurança Pública e de Educação, tendo sempre como objetivo primordial conferir maior segurança e perenidade ao Programa implantado, contar com a maior participação possível do público-alvo da política pública, e criar um ambiente colaborativo entre as ações e realizações da política pública em questão, juntamente com as contribuições da academia, conforme será exposto a seguir.

5 SOBRE O “PROJETO ÉGIDE: VIOLÊNCIA, EDUCAÇÃO E VIGILÂNCIA EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS (SP)”

Para promover a efetividade do Programa Égide como política pública, surge a necessidade de o conhecimento científico ser produzido como fonte de colaboração. Para isso, a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Campinas (SP) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), Professores Doutores da referida instituição de ensino

propuseram o “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)”, que foi devidamente submetido e aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

De tal forma, as contribuições científicas do “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)” ocorrerão em todas as fases do Programa Égide, quais sejam: na revisão da modelagem e desenho do procedimento de implantação, na avaliação da eficácia dos instrumentos de controle e compartilhamento de informações planejados, bem como no treinamento pessoal, seja no que diz respeito a aspectos técnico-jurídicos sobre temas relacionados ao Programa Égide, seja para qualificar o debate acerca do sentido do espaço escolar e da proteção de direitos de grupos minoritários e vulneráveis que nele se encontram.

No que tange à definição de processos e design da política pública, a atuação dos pesquisadores trará contribuição no que diz respeito à definição de boas práticas de gestão pública, auxiliando na elaboração de critérios de avaliação da efetividade e eficiência das propostas e objetivos da atuação. Já quanto a definição de conceitos orientadores aplicados à política pública em referência, a pesquisa será fundamental para conscientizar os diversos atores envolvidos (gestores de escolas, agentes de segurança, educadores) acerca das complexidades e riscos envolvidos na definição e prevenção não só de atividades violentas em escolas públicas, mas também de conceitos relacionados, que são igualmente fluidos e indeterminados (entre eles: *fake news*, discurso de ódio, *stalking*). Em termos educacionais, a contribuição dos pesquisadores será importante para auxiliar no desenvolvimento de uma cultura educacional de paz e tolerância nas escolas, de modo que a atuação dos pesquisadores junto aos gestores e professores de escolas públicas será fundamental não apenas para a conscientização a respeito dos objetivos dos eixos estratégicos do Programa Égide, mas também para esclarecer a respeito do sentido da participação da comunidade em atividades realizadas em âmbito escolar, fomentando, com isso, o sentido de pertencimento de todos os agentes deste espaço.

Adotando, então, múltiplos métodos de análise (análise de dados, entrevistas e mapeamento do público-alvo, catalogação e análise de material normativo incidente) o “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)” almeja contribuir com a consolidação dessa política pública e, como consequência, com a proteção dos direitos humanos e fundamentais do público-alvo.

Nesse sentido, o “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)”, além do apoio da instituição parceira (Prefeitura Municipal de Campinas/SP), contará com a participação de outros atores institucionais e sociais (ONGs de

defesa dos direitos da criança e do adolescente, Ministério Público do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, entre outros); todos voltados a criar o ambiente propício para a implantação de um sistema de justiça restaurativa.

E de acordo com a nomenclatura do Edital FAPESP - Programa Pesquisa em Políticas Públicas (PPPP), o “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)” é classificado, predominantemente, como Política pública em Construção (PCO), descrita como aquelas que “já foram planejadas, mas ainda não foram implementadas, ou que acabaram de entrar em operação, mas não por tempo suficiente para serem consideradas estáveis ou continuadas”. De fato, apesar de já terem sido realizadas as fases de planejamento inicial do Projeto, com a consequente identificação de pontos críticos da política pública de segurança a ser implantada nas escolas públicas do Município de Campinas (SP), é certo que a fase de execução propriamente dita (PEX), envolvendo desde a aquisição de materiais e instrumentos tecnológicos, até o treinamento das secretarias e do público-alvo, ainda não teve o seu início.

Dito isso, cumpre relatar as três fases do cronograma de implantação do “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)”: na primeira fase, planeja-se, fundamentalmente, realizar reuniões entre a Guarda Municipal e os diretores das escolas para apresentação e instrução sobre o Projeto, envolvendo, também, a sedimentação nos grupos de trabalho a respeito dos objetivos e eixos estratégicos do Programa Égide. Em termos concretos, essa fase envolve as seguintes ações de capacitação em nível de concepção estratégica acerca dos objetivos e eixos do Programa Égide, sendo que o público-alvo será os diretores de escolas da rede municipal: realizar a prospecção acerca das estratégias de implantação do Programa; mapear e planejar protocolos de segurança e possíveis ações coordenadas entre as autoridades públicas; alinhar diretrizes e propósitos comuns com os gestores de escolas; e buscar soluções e propostas para otimizar as ações voltadas à prevenção primária em casos de possível ataque.

A segunda fase do “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)” envolve a montagem de equipes destinadas à definição de procedimentos de implantação das diretrizes fixadas na primeira fase do Programa. Planeja-se, então, esmiuçar protocolos de acesso aos ambientes escolares, definir e analisar comportamentos adequados de alunos e funcionários em casos de revolta ou ataques violentos, bem como mapear padrões adequados de resposta para situações de ataque real e iminente. Como ações concretas a serem realizadas nessa segunda fase, planeja-se: definir padrões de comportamento desviantes, para que sejam realizadas as ações de observação e percepção de

desvios comportamentais; definir e analisar processos e ações de resposta e contenção de eventos críticos, decorrentes de ameaças reais ou potenciais; definir e analisar as estruturas dos sistemas de compartilhamento de informações, assim como a efetividade dos canais de denúncias de eventos críticos; definir e analisar rotinas de acesso aos espaços escolares, buscando indicar riscos e possíveis soluções preventivas; definir e analisar os sistema de inteligência e vigilância implantados na Secretaria de Segurança do Município de Campinas (SP); elaborar, junto à Secretaria Municipal de Educação de Campinas (SP), um projeto de formação para professores, com vistas ao desenvolvimento da cultura da paz e tolerância no âmbito escolar; estabelecer diretrizes para a atuação do comitê de segurança a ser criado no desenvolvimento do Programa Égide; e elaborar campanhas informativas e de esclarecimento a respeito de ações e condutas a serem realizadas pelos afetados por eventos críticos.

A terceira e última fase do “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)” envolve a capilarização dos processos e procedimentos definidos nas fases anteriores, com a implantação progressiva em ambiente escolar de protocolos de contenção de ações que configurem perigo real ou iminente à vida ou à integridade física de funcionários ou alunos. Como ações concretas, a serem realizadas nessa terceira fase, projeta-se: desenvolver e executar in loco de planos de ações de emergência, destinados a conter os efeitos de possíveis ataques em espaços escolares; realizar ações de treinamento simulado in loco, com o objetivo de preparar o público alvo para realizar ações de prevenção primária a eventos críticos; realizar campanhas direcionadas à conscientização e à fidelização do público-alvo, tendo em vista os objetivos estratégicos do Programa Égide; ampliar as campanhas de conscientização, com o objetivo de atingir também ambientes de convivência social do público-alvo, assim como o ambiente familiar; realizar reuniões com professores e gestores escolares sobre os objetivos estratégicos do Programa Égide, de modo que possa ser compartilhado e disseminado junto à comunidade escolar; realizar o treinamento dos agentes da Guarda Municipal, com vistas a tornar mais céleres os recursos de resposta a eventos críticos; e habilitar os agentes de segurança municipal para operarem os recursos de monitoramento de imagens e reconhecimento de comportamentos desviantes em tempo real.

Assim como ocorre com toda política pública, o “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)” envolve riscos relacionados, sobretudo, às suas fases de implantação e execução, tendo em vista não só as necessidades de ajustes dos planos de ação previstos na fase de idealização, decorrentes, por exemplo, de fatores orçamentários ou de disponibilidade de tempo, estando também sujeito à reavaliação de

modelos de estruturação e design institucional, decorrentes, por exemplo, da mudança da legislação que rege a matéria.

Além disso, quando se trata de temas multifacetários, candentes e polêmicos, como os que estão envolvidos no “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)”, os riscos envolvidos no processo de implantação também se multiplicam. Dentre eles, podem ser listados: a resistência de gestores e professores à atuação preventiva de agentes de segurança no ambiente escolar, o que pode ocorrer por motivos ideológicos ou de busca de preservação de um espaço de atuação; a resistência de pais e familiares contra a atuação dos agentes de segurança, que pode decorrer de fundamentos ideológicos, mas também pode estar ligado à vida pregressa dos integrantes do núcleo familiar; fatores políticos, decorrentes da mudança de governo que, mesmo que não anulem a política pública (o Égide é uma política de Estado, não de governo), eventualmente podem gerar a reavaliação dos procedimentos de execução; e fatores econômicos, mesmo que os recursos para a realização das ações de treinamento e compra de materiais já tenham sido empenhados.

Contudo, caberá aos pesquisadores vinculados ao “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)” auxiliar no mapeamento desses fatores de risco, indicando possíveis caminhos para a mitigação de seu impacto junto ao público-alvo da política pública a ser implantada.

Em termos metodológicos, o “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)” está alinhada em três níveis diferentes do Programa Égide. O primeiro nível diz respeito ao planejamento estratégico dessa política pública, de modo que, neste momento, os pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP) estão envolvidos em todos os debates sobre a construção e a modelagem do Projeto, tratando de temas como os direitos humanos e fundamentais dos usuários do sistema de ensino municipal, os efeitos educacionais e pedagógicos da implantação dos objetivos do Programa Égide, bem como o planejamento dos sistemas de vigilância e compartilhamento de dados pessoais de grupos marginalizados e vulneráveis. Nesse nível estrutural, o plano delineado pela Prefeitura Municipal de Campinas (SP), em conjunto com os pesquisadores que coordenam o projeto de pesquisa, envolve a elaboração de pesquisas de mestrado (seis) e uma pesquisa de pós-doutorado, todas voltadas ao aprofundamento da análise de temas envolvidos na concepção e modelagem da política pública prevista no Programa Égide. As pesquisas propostas para esse nível de investigação adotam múltiplos métodos de pesquisa (documental, jurisprudencial, bibliográfico, empírico social e teórico comparativo), sendo que todas essas abordagens se

voltam para o objetivo de apresentar aos gestores públicos novas e variadas perspectivas da ação governamental por eles idealizada.

Em um segundo nível, o plano de pesquisa do “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)” propõe a participação dos pesquisadores envolvidos em debates junto à comunidade escolar e às secretarias envolvidas na execução, de modo que a ação dos pesquisadores se volta para a construção de pesquisas em redes, envolvendo agentes públicos, gestores escolares e educadores, buscando criar um ambiente de convivência e pertencimento que fortaleça a participação dos envolvidos na construção da pesquisa proposta. A formação dessas redes será fundamental para a obtenção de resultados positivos na coleta de sentimentos e dados (baseada em questionários aplicados no público-alvo) dos envolvidos nas políticas públicas escolares nas quais há incidência do Programa Égide.

Com conhecimento da realidade que envolve a questão da violência escolar, a terceira fase do plano de pesquisa do “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)” volta-se à avaliação dos procedimentos de implantação do Programa Égide. Objetiva-se, nesta fase da pesquisa, esmiuçar protocolos de acesso aos ambientes escolares, definir e analisar comportamentos adequados de alunos e funcionários em casos de revolta ou ataques violentos, bem como mapear padrões adequados de resposta para situações de ataque real e iminente. O trabalho dos pesquisadores consistirá não somente em definir, em concreto, o que pode ser considerado como violência escolar e quais são os fatores desencadeadores dessa prática no Município de Campinas (SP), mas também avaliar como as ações desencadeadas pelo Programa Égide contribuíram para o enfrentamento desta realidade.

Com a implementação do “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)”, com o acompanhamento e atuação dos pesquisadores em todas as fases da política pública idealizada pela gestão Municipal de Campinas (SP), pretende-se alcançar resultados científicos que incidam direta ou indiretamente sobre a realidade local, especificamente no que diz respeito à proteção de direitos humanos de grupos minoritários e/ou vulnerabilizados. Esses resultados estão estreitamente alinhados ao roteiro e planejamento do Programa Égide e são divididos em quatro categorias de entregas: produção de textos acadêmicos a serem publicados em obras coletivas e Periódicos nacionais e internacionais; produção de material técnico, entre outros, cartilhas, manuais, notas técnicas, projetos de lei e projetos de regulamentação normativa (infralegal), todos eles voltados aos temas vinculados às políticas públicas implementadas pelo Programa Égide; entregas de divulgação científica, com a previsão da realização de seminários, congressos, encontros de pesquisa, audiências

públicas; e coleta e sistematização de dados (*digital humanities*), com a utilização de ferramentas de indexação, catalogação e instrumentos de busca, voltados a sistematizar o acesso de bases legais, atividades e resultados da política pública e da pesquisa em questão.

Por fim, cumpre destacar que, em consonância com os objetivos do Programa de Mestrado em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), o “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)” preza pelo respeito aos direitos humanos de todos os envolvidos na pesquisa, de modo que nenhuma informação pessoal a respeito das crianças e dos adolescentes será divulgada, assim como serão transmitidos os resultados da pesquisa de modo a informar e orientar a população, os gestores públicos e os agentes escolares sobre a violência escolar. Ademais, na distribuição das tarefas e das bolsas de pesquisa (Mestrado, Pós-doutorado, Ensino Público) e bolsas técnicas (Treinamento Técnico), foram observadas a equidade de gênero, por meio da participação igualitária de homens e mulheres.

6 CONCLUSÕES

Presente em muitas instituições, a violência também se encontra nas escolas. Por isso é fundamental reconhecer que a escola, como qualquer outro ambiente social, é um espaço onde conflitos podem surgir e assumir a forma de atos de violência simbólica ou real.

Ocorre que a escola é uma instituição que justamente auxilia o desenvolvimento social, aprimorando as habilidades e competências da criança e do adolescente, desempenhando, assim, um papel fundamental na formação do conhecimento, dos valores e comportamentos do indivíduo. Nesse caso, por meio da escola, a criança e o adolescente estabelecem relações e compreendem a forma de organização da sociedade na qual estão inseridos, recebendo a necessária formação para o exercício da cidadania.

Embora, então, a violência tenha sempre estado presente na história, a humanidade não deve aceitá-la como um aspecto inevitável da condição humana, especialmente no âmbito escolar, que exerce um papel de socialização fundamental na formação das crianças e dos adolescentes. Logo, se faz necessário o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a prevenção ou a inibição da violência nas escolas, aqui compreendidas como medidas que servem ao propósito de materializar os objetivos do Estado, cujo custo está autorizado por lei orçamentária.

De tal forma, como uma Política pública de longo prazo, o Programa Égide (Estratégia Integrada Contra Incidentes em Escolas), idealizado pela Prefeitura Municipal de Campinas (SP) em abril de 2023, se apresenta justamente como uma resposta ampla e coordenada para

esse grave problema jurídico e social, envolvendo aspectos preventivos e de pronta-resposta para casos de incidentes críticos potenciais ou reais em ambiente escolar.

E para promover a efetividade do Programa Égide como política pública, surge a necessidade de o conhecimento científico ser produzido como fonte de colaboração. Para isso, a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Campinas (SP) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), Professores Doutores da referida instituição de ensino propuseram o “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)”, que foi devidamente submetido e aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Assim, tem-se que a política pública gestada no âmbito do “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)” tem por objetivo enfrentar o problema da violência nas escolas, intervindo especialmente por meio de sua prevenção, em níveis primário e secundário. O desafio da pesquisa a ser desenvolvida e da política pública a ser implementada pelo Programa Égide é justamente verificar, de forma antecipada e prévia, quais são os sinais ou indícios comportamentais que devem servir para a realização de ações de prevenção de práticas violentas, sem que estas tenham efetivamente ocorrido.

Nessa perspectiva, a possibilidade de se desenvolver um trabalho em rede, articulando as Secretarias Municipais de Segurança Pública e de Educação, pode constituir contributo para o enfrentamento em caráter preventivo e remediativo da violência nas escolas.

Observa-se, portanto, que o “Projeto Égide: Violência, educação e vigilância em Escolas do Município de Campinas (SP)” ampara o que se encontra estipulado no Estatuto da Criança e do Adolescente, já que se trata de uma política pública de segurança a ser implantada nas escolas públicas do Município de Campinas (SP), de forma articulada, nas esferas governamental e não governamental, isto é, com a atuação de gestores públicos, da comunidade escolar, de ONGs de defesa dos direitos da criança e do adolescente, do Ministério Público do Estado de São Paulo, do Poder Judiciário, entre outros atores institucionais e sociais.

Por essas razões, a política pública idealizada no âmbito do Programa Égide se mostra acertada: afinal, o que se propõe é que os sujeitos e atores pertencentes ao público-alvo (educadores, funcionários e alunos das escolas públicas do Município de Campinas/SP) se transformem em agentes multiplicadores não somente dos objetivos estratégicos do próprio Programa, mas também (e sobretudo) dos ideais de convivência pacífica e de respeito mútuo que permeiam e inspiram o Égide.

REFERÊNCIAS

- AGUSTINA, José R.; CLAVELL, Gemma G. The impact of CCTV on fundamental rights and crime prevention strategies: The case of the Catalan Control Commission of Video surveillance Devices, **Computer law and Security Reviel**, n. 27, p. 169-174, 2011.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão da segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- BARCZAK, Tristan. **Der nervöse Staat: Ausnahmezustand und Resilienz des Rechts in der Sicherheitsgesellschaft**, Tübingen: Morh Siebeck, 2021.
- CARDOSO, Franciele Silva. **A luta e a lida: estudo do controle social do MST nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária**. São Paulo: IBCCrim, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Tradução de Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 246.
- CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ENGUIITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FUREDI, Frank. **Culture of fear: risk taking and the morality of low expectation**, London: Cassell, 1997.
- GARLAND, David. **The culture of control: crime and social order in contemporary society**, Oxford: Oxford University Press, 2001.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.
- HOPE, Andrew. CCTV, school surveillance and social control. **British Educational Research Journal**, Vol. 35, No. 6, pp. 891–907, December 2009.
- IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. **A intolerância ao diferente: o problema do bullying escolar**. 222f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, 2014.
- JANSON, Nils. **Der beschleunigte Staat - Freiburger Rechtswissenschaftliche Abhandlungen**, Tübingen: Mohr, 2021.
- KAHN, Túlio. Efeitos das mudanças no sistema escolar sobre a violência. **Revista do ILANUD**, São Paulo, n. 23, 79-105, 2002.
- LUCINDA, Maria da Consolação; NASCIMENTO, Maria das Graças; CANDAU, Vera Maria. **Escola e violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 20.

LYNSKEY, Orla. Criminal justice profiling and protection law: precarious protection from predictive policing. **International Journal of Law in Context**, v. 15, 162– 176, 2019.

MASTRODI, Josué; IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. Sobre o Conceito de Políticas Públicas. **Revista de Direito Brasileira**. Florianópolis (SC), v. 24, n. 9, p. 3-16, setembro/dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/5702>. Acesso em: 19 de abril de 2024.

PAROLIN, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Fortaleza: Educar Soluções, 2003. 4 DVDs.

RIOS, Mônica Piccione Gomes. **Desafios da gestão escolar para a melhoria da qualidade dos processos do ensino e da aprendizagem do ensino fundamental**. In: III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação. Anpae, Zaragoza, 2012.

ROSS, Edward A. Social control. In: COSER, Lewis A.; ROSENBERG, Bernard (Ed.). **Social theory: a book of readings**. Nova Iorque: Macmillan, 1957.

RÜTHER, Werner. **La criminalidad (o el “delincuente”) a traves de las definiciones sociales (o etiquetamiento)**. Doctrina Penal: Teoría y Práctica en las Ciencias Penales, Buenos Aires, v. 1, n. 1-4, p. 749-764, 1978.

SPOSITO, Marília Pontes. **A redução da violência escolar como desafio democrático**. Revista do ILANUD, São Paulo, n. 23, 107-117, 2002.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e o Terceiro Setor: criação do ONGs e estratégias de atuação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TAYLOR, Emmeline. I spy with my little eye: the use of CCTV in schools and the impact on privacy, **The Sociological Review**, v. 58, n. 3, 381-405, 2010.

UCHIDA, Craig. **A National Discussion on Predictive Policing: Defining our Terms and Mapping Successful Implementation Strategies**, California. NCJ 230404, 2009.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.